

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

**Grupo de Trabalho 08 – Trabalhadores, Sindicatos e Ações
Coletivas**

**Título: Desenvolvimento e Trabalho em Pernambuco: Evolução
Recente das Ocupações Econômicas e Redesenho da Classe
Trabalhadora no Estado**

Autores: Sidartha Soria (UFPE)

Cristiano Ramalho (UFPE)

Introdução

Pernambuco passou por um período recente de extraordinário dinamismo econômico, com elevadas taxas de crescimento e a atração de investimentos industriais importantes. Frentes abertas como a ferrovia Transnordestina, as obras de transposição do São Francisco, a fábrica da Fiat/Jeep em Goiana, o polo farmacológico e biotecnológico de Goiana, e, principalmente, o polo de Suape, puxaram os investimentos produtivos no estado. Embora, no caso de Suape, as obras fossem principalmente de instalação e infraestrutura das indústrias (com peso evidente para a construção civil), já é visível, no estado, uma mudança no perfil da classe trabalhadora ocasionado pelo ciclo de desenvolvimento mais recente.

O objetivo deste trabalho é mapear e identificar tal perfil, bem como indicar tendências para o mesmo, à luz de uma breve discussão sobre a questão do desenvolvimento econômico (e do subdesenvolvimento) e seus impactos previstos e reais sobre a tessitura da classe assalariada.

Assim, o texto vem dividido em quatro partes. A primeira faz uma nota sobre a questão do (sub) desenvolvimento econômico, sua dinâmica e seus impactos sobre o trabalho. A segunda traz um panorama sobre a dinâmica econômica em Pernambuco no período 2005-2015, no qual se observou o surto industrializante no estado. A terceira versa sobre os postos de trabalho formais gerados no período. A quarta, sobre a estrutura ocupacional em que estes postos de trabalho se encaixam. Por fim, apresentam-se as conclusões acerca do objeto analisado sob o olhar da questão teórica do subdesenvolvimento.

1. Nota sobre desenvolvimento econômico e trabalho

É fartamente conhecida a clássica discussão sobre o dualismo estrutural com o qual se caracterizaria tipicamente uma economia subdesenvolvida, nas obras de economistas como Aníbal Pinto, Ignácio Rangel, Oswaldo Sunkel e Celso Furtado.

Em linhas simples, o subdesenvolvimento é uma configuração específica da periferia do sistema capitalista. Se expressa pela existência de um dualismo estrutural, na qual existem duas formas de remuneração do trabalho, duas tecnologias de níveis muito diversos, duas concepções de organização da

produção. Em suma, a oposição entre o *atrasado*, pré-capitalista, e o *moderno*, capitalista, expressando também a oposição entre as potências do centro capitalista e os países subdesenvolvidos da periferia. A superação do estado subdesenvolvido seria possível via industrialização, a qual atrofiaria a dimensão *arcaica* da sociedade (Rangel, 1999; Furtado, 1964).

Na Crítica à Razão Dualista, Chico de Oliveira pontua que a expansão do capitalismo no Brasil não se faz nos termos de um dualismo estrutural, com as dimensões “atrasada” e “moderna” coexistindo numa configuração atípica de capitalismo. Faz-se, isso sim, na forma de uma viva interação entre arcaico e moderno: “o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Oliveira, 2003, p.32). A dimensão arcaica, pré-moderna, seria funcional à reprodução da dimensão moderna, capitalista. O subdesenvolvimento não seria uma forma de ser de economias pré-industriais invadidas por um capitalismo em trânsito, mas sim é uma forma gerada pelo próprio capitalismo (Oliveira, 2003, p. 33).

Contudo, a rigor não existe, em Furtado, um pensamento dualista que indique uma lógica própria para o “moderno” e outra para o “atrasado”. O subdesenvolvimento é uma manifestação da lógica capitalista oriunda dos países centrais, sendo uma das formas que assumiram a difusão do progresso técnico (Furtado, 1992).

Para Furtado, a efetiva superação do subdesenvolvimento se dará mediante uma soma entre a maior homogeneização social e a criação de um sistema produtivo eficaz, relativamente autônomo do ponto de vista tecnológico. Este requer, por sua vez, uma descentralização das decisões que só os mercados costumam assegurar; uma ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia deliberada concebida; e a exposição da produção nacional à concorrência internacional (Furtado, 1992). Igualmente, o desenvolvimento não exigirá alcançar os altos níveis de renda por pessoa nos atuais países desenvolvidos, mesmo porque isso é um mito (Furtado, 1974).

2. Economia e mercado de trabalho em Pernambuco (2005-2015)

Saída de uma década de grandes dificuldades econômicas (os anos de 1990) por apresentar um quadro recessivo com profundas repercussões negativas no

mercado de trabalho em todo país (aumento da informalidade, precarização das relações de trabalho, desemprego, por exemplo) e que levou o PIB de Pernambuco a ter acréscimo mínimo e/ou inferior a outros estados nordestinos, como a Bahia e o Ceará, a primeira metade do decênio de 2000 ainda sentiu a força desse impacto.

Dois indicadores dessa época podem sintetizar tais mudanças destacadas anterior, especialmente no que diz respeito ao País. Se, por um lado, o Brasil foi palco do decréscimo da renda no universo do trabalhador, de outro, houve uma considerável concentração da renda da propriedade entre os anos de 1995 a 2004. A partir de dados do IBGE, Marcio Pochmann frisou o seguinte sobre esse momento histórico nacional:

Assim, por nove anos seguidos houve a trajetória de queda na participação salarial na renda nacional, acompanhada simultaneamente pela expansão das rendas da propriedade, ou seja, lucros, juros, renda da terra e aluguéis. Entre 1995 a 2004, por exemplo, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3% (POCHMANN, 2012, p. 9).

Após o ano de 2004, existiu um aumento considerável na participação dos salários na renda nacional, ocorrendo uma inversão no que tinha acontecido anteriormente, porque "entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%" (POCHMANN, Idem, p. 9).

Tudo isso anuncia processos singulares, embora o combate a inflação fosse similar em vários eixos, que compuseram a dinâmica socioeconômica nos períodos acima destacados.

Especificamente para o que nos interessa neste Relatório, o período 2005-2015 não foi homogêneo ou constante do ponto de vista da economia, e conseqüentemente do mercado de trabalho em Pernambuco, fato esse que era, também, um reflexo do que ocorria no restante do País.

Tomando-se o crescimento do produto como base, pode-se dividir, para maiores esclarecimentos, o interregno 2005-2015 em três subperíodos (ver Gráfico 1). O primeiro vai de 2005 a 2010, e é de ascensão, com taxas de crescimento

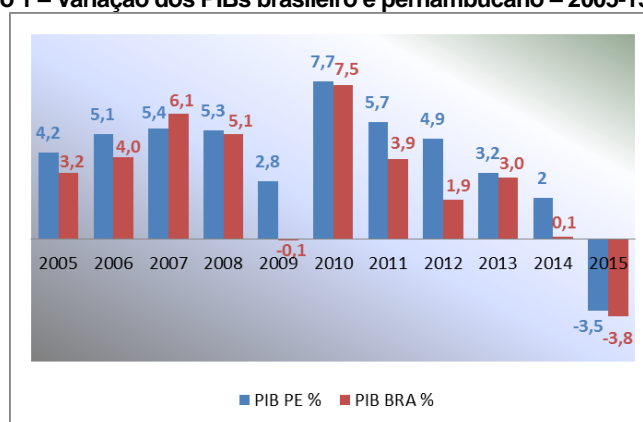
crecentes, contínuas e robustas, fazendo o estado viver um ciclo de euforia expresso, inclusive, pela imprensa¹.

Em 2009, a crise dos *subprime* nos EUA impactou o mundo e o Brasil de modo geral, interrompendo a trajetória de ascensão do PIB. Mas o rol de políticas anticíclicas implementadas pelo governo federal, que se somou à maré externa favorável do preço internacional de commodities, fizeram com que a economia brasileira retomasse a trajetória de crescimento, alcançando o seu ponto máximo em 2010.

Na compreensão de Tânia Bacelar, de Araujo, no que concerne a essa fase:

[...] o governo federal organiza um interessante bloco de investimentos em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que ajuda a manter a economia estimulada. Parte desse bloco vai se dirigir ao Nordeste [...]. O fato é que, assim que se instala a crise mundial na rasteira do estouro da bolha imobiliária americana, o Brasil consegue resistir bem nos primeiros anos. Mas seus desdobramentos vão afetar a dinâmica nacional na segunda década do século em curso (ARAUJO, 2014, p. 545-546) .

Gráfico 1 – Variação dos PIBs brasileiro e pernambucano – 2005-15 (em %)



Fonte: IBGE (2016). Elaboração própria

O segundo momento, compreendido entre 2011 e 2013, é o da desaceleração do crescimento, uma espécie de transição para a expansão dos índices negativos. No âmbito nacional houve alguma oscilação no crescimento do produto, embora a tendência fosse de baixa. Em 2012 a economia nacional crescera 1,9%, um índice

1 Em uma das muitas reportagens publicadas pela imprensa, o Diário de Pernambuco em 27 de janeiro de 2011, através de sua jornalista Rosa Falcão, destacou os índices favoráveis da economia pernambucana. Segundo a reportagem "Pernambuco foi o estado com maior crescimento econômico, com taxa acumulada de 9,4% (janeiro/novembro 2010). O resultado é um ponto acima do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, cujo índice foi de 8,4%, além de ser superior à Bahia, que cresceu 7%, e ao Ceará com taxa de 8,7% no período. O dinamismo da economia local foi puxado pela elevação de 11,2% da produção industrial, ultrapassando a média nacional de 11,1% e do Nordeste de 9,6%. O desempenho positivo refletiu no mercado de trabalho com o recuo da taxa de desemprego, que ficou em 8,4% na Região Metropolitana do Recife (RMR) em novembro"

baixo como não se via em vários anos (com exceção de 2009), e talvez renunciando a fase que viria a seguir.

Finalmente, o terceiro subperíodo (2014-2015), é a fase da recessão, que tomou lastro de maneira acelerada. Dessa maneira, o crescimento praticamente zero do produto em 2014 foi seguido pelo mergulho da economia nacional na recessão plena no ano de 2015, o que provocou mudanças para o que se vivia nos anos anteriores.

Para Pernambuco as tendências próprias da periodização acima proposta também se aplicam. Contudo, as taxas de crescimento do produto pernambucano são sempre superiores às nacionais (com exceção de 2007).

No primeiro subperíodo o estado registrou elevadas taxas de crescimento, e mesmo em 2009, que foi um ano difícil para o Brasil, Pernambuco teve um crescimento de quase 3%. Na fase da desaceleração, a tendência de queda também se verifica na evolução do PIB estadual, embora em patamares mais elevados e com uma queda menos brusca. Finalmente, no subperíodo recessivo, Pernambuco conseguiu ainda um último momento de crescimento em 2014 (2%, enquanto o resto do país já estacionava), antes de seguir a tendência nacional em 2015, quando o PIB estadual despencou 3,5%.

Mas o que explicaria os bons números exibidos pela economia pernambucana, de um modo geral, no período?

No decênio 2005-2015, a região Nordeste como um todo foi favorecida por uma ampla gama de investimentos em setores produtivos diversos (polos metalúrgico e siderúrgico, fármacos, TICs, automobilístico, vidreiro, cimenteiro, bens duráveis etc.). Além disso, também houve grandes montantes de investimentos em obras públicas na região (transposição do São Francisco, ferrovia Norte-Sul, infraestrutura de transportes e energia) (GODOY, 2014).

Especificamente em Pernambuco, o polo de Suape é a mais conhecida frente de investimentos e expansão econômica ocorrida no estado, embora existam outras (como o polo automobilístico da Fiat/Jeep em Goiana).

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE – foi concebido idealmente na década de 1950. O projeto de Suape chegou a entrar no II PND, mas fatores conjunturais impediram os investimentos previstos (GODOY, 2014). O complexo começou a funcionar em 1983, com a Petrobras como primeira empresa instalada.

As décadas de 1980 e 1990 não ajudaram a expandir e dinamizar Suape, pois a crise do modelo de estado desenvolvimentista, o avanço da recessão econômica, a queda de investimentos públicos e a nova reconfiguração da economia capitalista no planeta, com o apogeu de um ciclo neoliberal, foram entraves importantes para a sua não expansão (CONDEPE, 1978; RAMALHO, 2006).

Todavia, a partir de 2007 ocorrerá o *boom* no Complexo de Suape que dará à região suas feições atuais. A área se torna um gigantesco canteiro de obras, concentrando investimentos públicos e privados de grande porte.

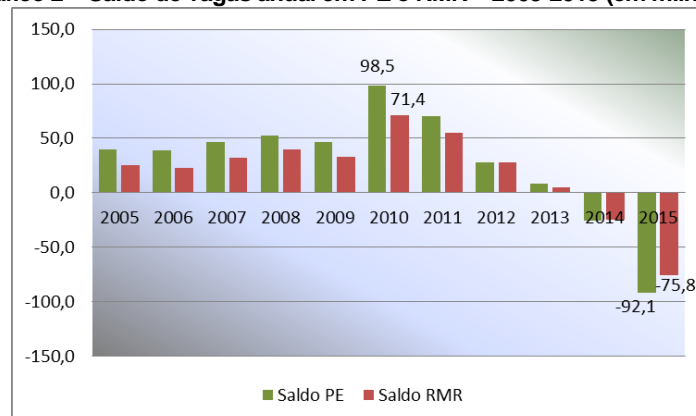
Entre 2007 e 2010 o volume de investimentos é dez vezes maior do que em todos os períodos anteriores. Mais de 100 empresas ocupam a área, em setores como petróleo e gás (Refinaria Abreu e Lima); petroquímico têxtil sintético e de resinas plásticas (Petroquímica Suape, Citepe, Mossi & Guisolf, Cristal Pet, Brasalpa e Lorempet); naval (Estaleiro Atlântico Sul, Estaleiro Promar e Estaleiro CMO); de energia eólica (Impsa Wind Power Eólica e RM Eólica); de siderurgia (Companhia Siderúrgica Suape); de alimentos e bebidas (Bunge, Pepsico, Rexan, Pernod Ricardo, Campari, Coca-Cola e Cereser); de cerâmica (Duratex, Pamesa e Thor); etc. Os investimentos superam a marca de R\$ 23 bilhões (GODOY, 2014).

Assim explicam-se as taxas positivas e consideráveis de crescimento do PIB pernambucano na maior parte do período aqui analisado. A seguir, ver-se-á como os movimentos seguidos pelo produto se refletem na dinâmica laboral formal.

3. Geração de vagas formais de trabalho

A trajetória dos saldos de postos de trabalho formais gerados em PE e Região Metropolitana do Recife (RMR) no período pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Saldo de vagas anual em PE e RMR – 2005-2015 (em milhares)



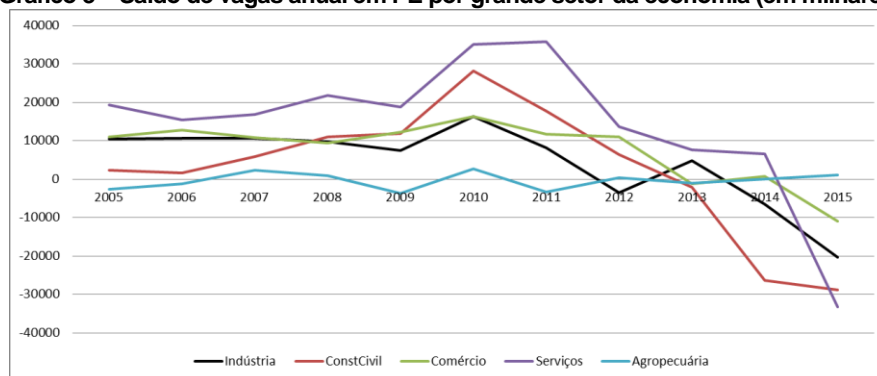
Fonte: CAGED. Elaboração própria.

A correspondência entre crescimento do produto e saldos na geração de postos de trabalho parece se verificar, quando se comparam os Gráficos 1 e 2². O ano de 2010 foi o que registrou o maior crescimento do PIB estadual (7,7%), e também o maior saldo positivo de postos de trabalho (98 mil).

Do mesmo modo, o declínio do PIB foi seguido pelo declínio dos saldos positivos de postos de trabalho. A Região Metropolitana seguiu a tendência estadual, e na verdade representando a maior parte dos saldos do estado, tanto positivos quanto negativos.

Ainda no tocante à geração de postos de trabalho, o Gráfico 3 traz os saldos de vagas desagregados por grande setor da economia.

Gráfico 3 – Saldo de vagas anual em PE por grande setor da economia (em milhares)



Fonte: CAGED. Elaboração própria.

No Gráfico é possível constatar que:

1) entre 2005 e 2012 todos os grandes setores geraram saldos positivos significativos (exceção à agricultura);

2) o setor de serviços responde sempre pelo maior número de postos de trabalho gerados³, mas a desaceleração e a crise econômica ocorridas após 2012 conduzirão o setor a uma queda vertiginosa, a ponto de, em 2015, ter o maior saldo negativo de vagas;

3) o setor da construção civil foi individualmente o que mais se beneficiou do *boom* econômico, com o seu saldo positivo aumentando mais de 12 vezes entre 2005 e 2010, alcançando o setor ao segundo maior gerador de postos de trabalho – e

2 Existe um debate relativo à elasticidade emprego-produto, ou seja, à sensibilidade do nível de emprego à variação do crescimento do produto. Para algumas referências no tema, ver Amitrano (2013), Baltar *et al.* (2010), Baltar *et al.* (2009) e Santos *et al.* (2008).

3 Algo característico do setor, normalmente mais intensivo em força de trabalho.

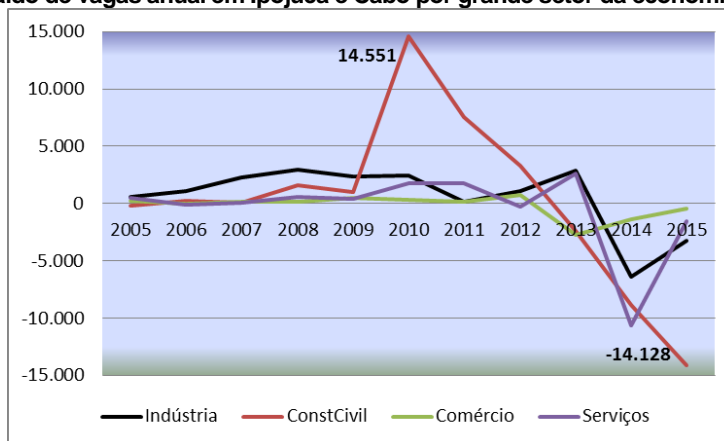
sua queda, igualmente avassaladora, o conduz à segunda colocação entre os setores com maiores saldos negativos, abaixo apenas do setor de serviços;

4) ao contrário do que o estabelecimento do Polo de Suape poderia sugerir, a indústria não registrou um significativo aumento dos saldos positivos de vagas, permanecendo relativamente estável entre 2005 e 2010, e caindo com os demais setores com o advento da crise;

(5) E o setor agrícola manteve trajetória relativamente estável durante todo o período, ignorando inclusive a crise, quando chega até a exibir saldo positivo em 2015.

Em relação aos pontos “3” e “4”, devem-se fazer ainda algumas considerações. Embora Suape represente um polo industrial, os dados relativos a postos de trabalho na região indicam que o período aqui analisado foi ainda de constituição da infraestrutura básica. Neste sentido, a construção civil teria ainda maior peso do que a indústria, no tocante a postos de trabalho gerados. O Gráfico 4 traz, para a Microrregião de Suape (Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho) os saldos de vagas desagregados por grande setor da economia.

Gráfico 4 – Saldo de vagas anual em Ipojuca e Cabo por grande setor da economia (em milhares)



Fonte: CAGED. Elaboração própria.

Ipojuca e Cabo concentram o complexo de Suape. Observe-se a extraordinária elevação do saldo de empregos na construção civil, se comparada com os outros setores, que caminham em trajetória de relativa estabilidade. Quando da crise, a partir de 2013, todos os saldos caem, mas em 2015 ensaiam uma recuperação. A construção civil, contudo, segue em trajetória de queda, numericamente tão grande quanto o período em que explodiu. Em todo caso, a

importância da construção civil na região foi tal que, no ano de 2010, mais da metade (51,54%) do saldo de vagas no setor de todo o estado deu-se em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho.

4. Estoque de postos de trabalho formais e estrutura ocupacional

Examinemos agora como os subperíodos percorridos pela economia pernambucana impactaram o estoque de empregos formais. O Gráfico 5 traz os estoques totais de postos de trabalho formais no período para Pernambuco.

Gráfico 5 – Estoque total de empregos formais, Pernambuco, 2005-2015 (em milhões)



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Do ponto de vista do estoque total de empregos, em princípio este não é tão sensível às variações do crescimento econômico quanto o saldo de vagas. A julgar pelo período aqui estudado, a variável “saldo de vagas” acompanha de modo muito exato a variável “crescimento do produto”. Ao mesmo tempo, esta variável não tem influência automática sobre a variável “estoque de empregos”. Por exemplo, em 2009 houve uma diminuição significativa do PIB pernambucano. O saldo de vagas reagiu imediatamente, enquanto o estoque continuou em trajetória de ascensão. Já na fase recessiva (2014-2015), dois anos em que a um crescimento baixo seguiu-se uma forte recessão, o estoque total primeiro estagnou, e em seguida decresceu, finalmente revelando sensibilidade ao declínio do crescimento do produto.

Indo agora de modo mais detido para a estrutura ocupacional do estado, a Tabela 1 traz a distribuição dos vínculos ocupacionais por grande setor do IBGE nos últimos dez anos. Entre 2005 e 2015, o estado viu um aumento de 52,47% do

número de postos de trabalho formais (de 1,09 milhão para 1,67 milhão de postos de trabalho).

Tabela 1 – Distribuição dos empregos formais em Pernambuco, por grande setor econômico (em %)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indústria	16,1	16,3	16,5	16,7	16,5	15,4	14,9	14,9	14,9	14,9	14,5
Const. Civil	3,9	4,1	4,4	5,3	6,1	8,0	8,8	8,7	8,3	6,6	4,9
Comércio	16,1	16,4	16,7	16,9	17,2	17,2	17,4	18,5	17,8	18,3	18,9
Serviços	58,7	58,5	58,3	57,5	57,2	56,1	56,1	55,4	56,5	57,5	58,8
Agropecuária	5,1	4,7	4,1	3,6	3,0	3,3	2,8	2,6	2,5	2,7	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS. Elaboração própria

Os dados apontam para a relativa estabilidade do setor de serviços, que concentra em média quase 60% das ocupações no estado. O comércio aumentou um pouco a sua participação no total (de 16,1% em 2005 para 18,9% em 2015), enquanto a Agropecuária perde espaço na estrutura ocupacional.

O setor da construção civil mais do que duplicou o seu tamanho entre 2005 e 2011 (de 3,9% para 8,8% do total de empregos), impulsionado pelo elevado crescimento deste setor na Região Metropolitana e, principalmente, em Ipojuca e Cabo. Mais à frente este ponto será retomado.

A indústria perde participação no período analisado, caindo de 16,1% do total de vagas formais de trabalho em 2005 para 14,5% em 2015. Neste sentido, o setor em Pernambuco segue a tendência nacional.

Sobre a RMR (Tabela 2), primeiramente deve-se ressaltar que ela concentra em média (últimos dez anos) 65,8% de todo o estoque de empregos formais do estado. Entre 2005 e 2015, a RMR teve um aumento de 51,41% do número de vagas formais de trabalho (de 719 mil para 1,08 milhão de postos de trabalho).

Tabela 2 – Distribuição dos empregos formais na RMR (grande setor, em %)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indústria	13,5	13,3	13,2	13,1	13,2	12,3	11,4	11,7	12,1	11,9	11,6
Const. Civil	4,9	4,9	5,4	6,6	7,3	9,5	10,6	10,7	10,5	8,2	6,1
Comércio	16,2	16,5	16,6	16,5	16,7	16,4	16,4	17,1	16,2	16,7	17,3
Serviços	64,0	64,4	63,9	62,8	62,2	60,8	60,7	59,8	60,6	62,6	64,3
Agropec.	1,4	0,9	0,9	0,9	0,7	0,9	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

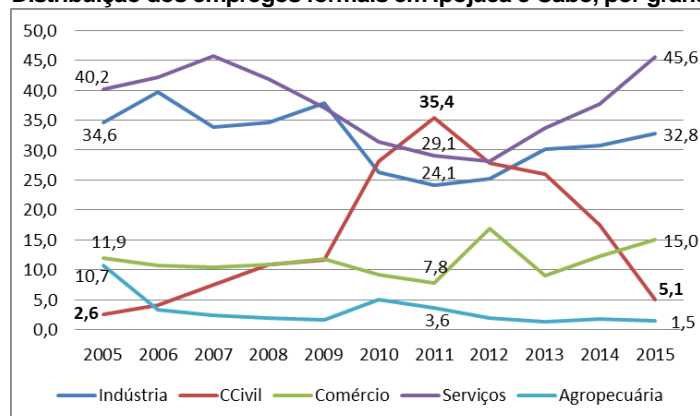
Fonte: RAIS. Elaboração própria

Na RMR, o setor de serviços deteve, em 2015, 64,3% de todos os vínculos formais de trabalho. O comércio elevou sua participação discretamente, a agropecuária diminuiu grandemente e também se viu a redução do tamanho da indústria na oferta de vagas (caindo de 13,5% em 2005 para 11,6% em 2015).

E a construção civil cresceu mais de duas vezes em relação ao seu tamanho original entre 2005 e 2012, perdendo fôlego daí para frente, chegando, em 2015, a 6,1% do total de empregos na RMR.

Vale a pena, para se ter mais clareza acerca do papel ocupado pela construção civil no mercado de trabalho neste período, observar a estrutura ocupacional da Microrregião de Suape (Ipojuca e Cabo de Sto. Agostinho). O Gráfico 6 traz os resultados.

Gráfico 6 – Distribuição dos empregos formais em Ipojuca e Cabo, por grande setor (%)



Fonte: RAIS. Elaboração própria.

Em 2005, o mercado de trabalho da microrregião distribuía-se em, por ordem decrescente de tamanho, serviços (40,2%), indústria (34,6%), comércio (11,9%), agropecuária (10,7%) e construção civil (2,6%), que figurava, assim, em último lugar entre os grandes setores empregadores. De 2005 a 2011, por sua vez, a construção civil cresceu extraordinariamente. Em termos absolutos, a microrregião, que tinha 1.070 postos de trabalho na construção em 2005, saltou para a extraordinária marca de 36.893 vagas, um aumento de 3.347,94%. Os demais setores também cresceram significativamente (o crescimento da microrregião foi de 155,82% em termos absolutos), mas muito aquém do vertiginoso crescimento da construção civil. O ano de 2011 representou o pico da construção civil, que passou a ser o setor que mais empregava pessoas na microrregião.

A partir de 2012, porém, iniciou-se um movimento de declínio do setor, quase tão intenso quanto havia sido a sua ascensão. Em 2015, a construção civil havia caído para apenas 5,1% do estoque de postos de trabalho em Cabo e Ipojuca.

Considera-se como hipótese mais razoável que este ciclo da construção civil na microrregião tenha se devido ao esforço para erguer a infraestrutura necessária à efetivação e funcionamento do Polo de Suape, que, entre 2007 e 2010, recebeu um volume de investimentos dez vezes maior do que em toda a história daquela região (GODOY, 2014). E, à medida que os investimentos em infraestrutura iam sendo concluídos, cresciam (em escala igualmente intensa) as dispensas de trabalhadores no setor.

Finalmente, considerando-se todo o período aqui analisado, a microrregião de Suape registrou um crescimento absoluto de postos de trabalho bastante acima do observado na RMR e no estado. Entre 2005 e 2015, Ipojuca e Cabo cresceram 85% em número de empregos formais.

Voltando à Região Metropolitana do Recife, a Tabela 3 traz a distribuição dos vínculos formais de trabalho por seção de atividade econômica, conforme previsto pela Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) do IBGE. Por esta metodologia tem-se uma desagregação maior dos dados (relativamente à metodologia do grande setor de atividade econômica), o que permite um mapeamento mais detalhado da distribuição dos empregos. Os dados são relativos aos anos de 2006 e 2015, com o que se busca verificar, entre dois momentos que marcam uma diferença de quase dez anos, a variação de tamanho ou importância de cada seção de atividade⁴.

4 No banco de dados do MTE os dados para 2005 estavam indisponíveis.

Tabela 3 – Distribuição dos empregos formais na RMR (seção de atividade econômica, em %)

Seção de Atividade Econômica – RMR	2006	2015
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0,9	0,5
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0,1	0,1
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	10,6	9,4
ELETRICIDADE E GÁS	0,4	0,4
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	1,1	1,0
CONSTRUÇÃO	5,3	6,9
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	16,6	17,2
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4,4	5,5
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	4,0	4,5
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1,5	1,9
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,5	1,3
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0,2	0,3
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1,9	3,4
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	13,6	13,3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	26,6	20,6
EDUCAÇÃO	3,4	5,2
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	4,4	5,4
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0,5	0,5
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	3,1	2,7
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,0	0,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,0	0,0
TOTAL	100	100

Fonte: CNAE. Elaboração própria.

O primeiro dado a ser destacado é que, nos últimos dez anos, não houve mudança de colocação entre as seções de atividade que mais concentravam empregos. Pela ordem, são elas: 1º) administração pública, defesa e seguridade social; 2º) comércio e reparação de veículos⁵; 3º) atividades administrativas e serviços complementares⁶; 4º) indústria de transformação; 5º) construção civil. Juntas, estas seções concentravam, em 2015, 67% de todos os postos de trabalho formais na RMR.

O segundo destaque é relativo às seções que perderam espaço no período. Sozinha, a administração pública concentrava 20,6% das vagas formais em 2015. Em termos absolutos, a seção aumentou 12,5% entre 2006 e 2015 (de 199,6 mil para 224,6 mil vagas); em termos relativos, porém, encolheu 22,3%. Agricultura (pecuária, pesca etc.) e indústrias extrativas também sofreram forte redução relativa no período (-42,2% e -33,4%, respectivamente), e caíram também em termos absolutos (-16,2% e -3,5%).

5 Seção que abrange comércio atacadista e varejista, além de atividades de reparo e manutenção de veículos automotores.

6 Seção que compreende uma variedade de atividades de apoio a organizações e empresas: serviços de escritório, gestão, agenciamento de viagens, vigilância, limpeza, paisagismo, agenciamento de mão-de-obra etc. Geralmente, as atividades abrangidas por esta seção são serviços terceirizados.

Por fim, devem-se mencionar quais seções ganharam espaço no período. Informação e comunicação⁷ tiveram aumento relativo de 30,1% no período, enquanto a construção civil aumentou 31,1%. Em termos absolutos, aquela seção teve aumento de 88,5% no período (de 10,9 mil para 20,5 mil), e esta, 89,9% (39,4 mil para 74,9 mil).

A seção de educação⁸ teve o segundo maior aumento relativo (e também absoluto) em relação ao total de ocupações formais entre 2006 e 2015. Em termos absolutos, avançou de 25,7 mil para mais de 56,1 mil (aumento de 118,1%). Em termos relativos, aumentou sua participação em 50,6%.

E a seção de atividade econômica que mais cresceu no período, tanto em termos absolutos quanto relativos, foi o de atividades profissionais, científicas e técnicas⁹. Em termos absolutos, cresceu de 14,1 mil para mais de 37,4 mil (elevação de 165,6%). E, em termos relativos, sua participação sobre o total cresceu de 1,9% para 3,4%.

Em relação às cidades que compõem a RMR, a Tabela 4 traz, para cada cidade, as três seções que concentravam o maior número de vagas formais no ano de 2015.

7 Esta abrange atividades em imprensa escrita, rádio, televisão, cinema, gravação de som, edição etc. Além disso, abrange telecomunicações e tecnologia da informação.

8 Em todos os níveis, nos setores público e privado.

9 Esta abrange atividades especializadas, que requerem elevado nível de qualificação e treinamento (geralmente, formação universitária). Compreendem atividades jurídicas, de contabilidade, arquitetura, engenharia, pesquisa científica, publicidade, pesquisa de mercado, consultorias, etc.

Tabela 4 – Distribuição dos empregos formais nas principais cidades da RMR em 2015 (seção de atividade econômica, em %)

Cidade	1º	2º	3º
Recife	Adm. pública/ seguridade (24,8%)	Comércio/reparação veículos (16,5%)	Ativ. Adm/serviços complementares (13,4%)
Jaboatão	Comércio/reparação veículos (22,5%)	Indústrias de Transformação (15%)	Transporte/ armazenagem/ correio (11,7%)
Olinda	Ativ. Adm/serviços complementares (36,3%)	Comércio/reparação veículos (12,8%)	Construção (8,8%)
Cabo	Indústrias de transformação (30,8%)	Comércio/reparação veículos (17,7%)	Adm. pública/ seguridade (14,7%)
Ipojuca	Indústrias de transformação (33,2%)	Adm. pública/ seguridade (16,9%)	Alojamento e alimentação (15,8%)
Paulista	Comércio/reparação veículos (24,1%)	Indústrias de transformação (18,6%)	Adm. pública/ seguridade (15,6%)
Igarassu	Indústrias de transformação (48,0%)	Adm. pública/ seguridade (16,7%)	Comércio/reparação veículos (15,1%)
Abreu e Lima	Indústrias de transformação (33,7%)	Comércio/reparação veículos (21,0%)	Adm. pública/ seguridade (14,7%)
Camaragibe	Comércio/reparação veículos (31,5%)	Adm. pública/ seguridade (24,7%)	Indústrias de transformação (10,1%)
São Lourenço	Adm. pública/ seguridade (25,3%)	Comércio/reparação veículos (22,8%)	Indústrias de transformação (16,6%)
Moreno	Agricultura/ pecuária (17,6%)	Indústrias de transformação (14,8%)	Ativ. Adm/serviços complementares (14,7%)
Itapissuma	Indústrias de transformação (58,5%)	Adm. pública/ seguridade (23,0%)	Comércio/reparação veículos (7,5%)

Fonte: CNAE. Elaboração própria.

No Recife, o setor público figura em primeiro lugar enquanto alocador de vagas formais, seguido por comércio, manutenção de veículos e atividades administrativas e serviços complementares. Embora não apareçam no quadro, as seções de educação e saúde concentram, juntas, mais de 12% das vagas.

Em Jaboatão, a seção de comércio e manutenção de veículos figuram em primeiro lugar, seguida pela indústria de transformação e transporte/armazenagem e correio. Também é significativa a seção de atividades profissionais, científicas e técnicas, com 8,1% do total, superior a qualquer outra cidade da RMR.

Em Olinda, quase 40% do total de vagas formais fica na seção de atividades administrativas e serviços complementares. Como esta seção concentra em grande medida atividades terceirizadas, isso pode indicar um quadro particularmente considerável de volatilidade e precarização do trabalho na cidade. Bem atrás, aparecem as seções de comércio e construção civil.

Cabo e Ipojuca já exibem mercados formais de trabalho relativamente parecidos, com a seção de indústria de transformação figurando em primeiro lugar, administração pública considerável, assim como comércio/manutenção de veículos. Destaque para a seção de alojamento e alimentação em Ipojuca, que tem peso importante. A seção de construção civil, por sua vez, é fraca em Ipojuca (3,0% do total), mas ainda tem algum espaço no Cabo (9,2%).

Igarassu e Abreu e Lima também contam com fortes seções de indústria de transformação, sendo seguidas por comércio/manutenção e administração pública. Em Igarassu, a indústria de transformação concentra quase metade dos vínculos formais de trabalho. Para completar esta caracterização genérica do mercado de trabalho formal na RMR, a Tabela 5 apresenta a remuneração média praticada, em 2005 e 2015, em número de salários mínimos (SM).

Tabela 5 – Remuneração média na RMR (em SM)

Remuneração Média (SM)	2005	2015
Até 0,50	0,3	0,9
0,51 a 1,00	4,0	3,6
1,01 a 1,50	36,6	37,7
1,51 a 2,00	15,9	18,5
2,01 a 3,00	15,0	14,7
3,01 a 4,00	9,4	7,7
4,01 a 5,00	4,8	4,4
5,01 a 7,00	5,2	5,1
7,01 a 10,00	3,6	3,4
10,01 a 15,00	2,4	2,3
15,01 a 20,00	1,2	0,9
Mais de 20,00	1,6	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: RAIS. Elaboração própria

O que chama atenção é a persistência do baixo rendimento dos salários e da desigualdade dos ganhos salariais na região. Em 2005, 67,4% dos postos de trabalho formais pagavam entre 1 e 3 salários mínimos. Em 2015, este segmento subiu para 70,8%. Ao mesmo tempo, diminuiu o número de salários que pagavam acima de 3,01 salários mínimos. A recessão de 2015 certamente teve influência nesta diminuição da participação das faixas de remuneração mais elevadas praticadas na RMR. Não obstante, em qualquer ano do período, a massa de

salários mais baixos é predominante, fazendo com que, de cada dez empregos existentes, sete deles paguem entre 1 e 3 salários mínimos.

Conclusão

O presente documento realizou uma recuperação de uma década da situação (2005 a 2015) socioeconômica do estado de Pernambuco, com ênfase para a Região Metropolitana do Recife (RMR), sem deixar de observar nesse processo as implicações da questão nacional.

No geral, observou-se e se discutiu temas como PIB, dinâmica do emprego formal, empregos por setor, remuneração média, o impacto da região de Suape no contexto local e distribuição do emprego.

Conseguiu com isso elencar alguns aspectos relevantes, onde pudemos encontrar três subperíodos em âmbitos nacional e estadual, a saber, o primeiro durou 5 anos, indo de 2005 a 2010. Aqui, revela-se uma ascensão positiva nos indicadores, através das taxas de crescimento crescentes e da geração de empregos.

A segunda etapa, ou subperíodo, concentra-se entre os anos de 2011 e 2013, no qual se verifica uma desaceleração dos números positivos vividos nos anos anteriores. Nesse sentido, há uma espécie de transição para a expansão dos índices negativos, como já frisamos.

E, por fim, no terceiro subperíodo (2014-2015), podemos classificá-lo da fase da recessão, com a economia apresentando crescimento quase nulo no ano de 2014. No ano seguinte (2015), houve uma deterioração em definitivo dos números positivos, visto que a economia nacional, mais ainda, e a pernambucana vão entrar numa fase de recessão plena. Contudo, há uma ressalva a ser feita, isto é, se em Pernambuco tal processo dos subperíodos aplica-se, o estado possui algumas singulares quando se compara ao País, porque suas taxas, com exceção de 2007, de crescimento do PIB são sempre superiores às nacionais.

Finalmente, a dualidade persiste. O caso de Suape, ainda que de modo preliminar, inicial, pois que o fenômeno é recente e segue em curso, indica que, mesmo em uma das pontas avançadas de um projeto claramente favorável ao desenvolvimento; mesmo com anos de crescimento industrial significativo; e mesmo sob o manto do novo desenvolvimentismo dos governos petistas, com sua opção

pela proteção social – ou pelo “social” como “eixo central” do desenvolvimento –, o crescimento econômico estupendo continua gerando concentração de renda, continua gerando consigo mazelas sociais.

A afirmação de que tal disparidade decorre do fato de que nos estágios iniciais de crescimento Suape possuía em seu grosso o setor da construção civil, e que com o polo industrial funcionando normalmente haveria uma elevação das rendas médias do trabalho, não depõe contra a tese da estrutura dual, pois se sabe que não serão as massas de trabalhadores pobres e desqualificados que ocuparão aquelas vagas, e sim outros. A dualidade existe na dimensão laboral, no interior da classe assalariada.

Bibliografia

AMITRANO, C. R. “Elasticidade emprego-produto no Brasil”. *Carta de Conjuntura*. Brasília, Ipea, dez., 2013.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; et al (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 540-560

BALTAR, P.; SANTOS, A.; KREIN, J.D.; LEONE, E.; PRONI, M.; MORETTO, A.; MAIA, A.G.; SALAS, C. “Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira”. *Global Labour University Working Papers*. Berlim, GLU, n. 9, maio, 2010.

CONDEPE. Suape, ecologia e cultura. Recife: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco/Secretaria de Planejamento/Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1964.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GODOY, J.H.A. “Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE”. 38º *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2014.

OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

PINTO, A. *Distribuição de renda na América Latina e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RANGEL, I. *Dualidade básica da Economia Brasileira*. São Paulo, IR, 1999.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Ah, esse povo do mar! um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/Unicamp, 2006.

SANTOS, A.; GARRIDO, F.; PRONI, M. "Estrutura do emprego e da renda". In LAPLANE, M.; HIRATUKA, C. (orgs.) *Perspectivas do Investimento no Brasil*. Rio de Janeiro, BNDES; Campinas, IE/Unicamp, 2009.

SILVA, C.A.F. "O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial". *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.8, n.2, jul/dez., 1992.

SORIA, S. S. *Intersecção de classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil*. Tese (doutorado em sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

_____. "Novo desenvolvimento, governo Lula e dilemas de uma concepção de desenvolvimento inspirada em elementos do capitalismo anglo-saxão". In CASTRO, I. S. B. *Novas interpretações desenvolvimentistas*. Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado, 2013.

SUNKEL, O. *O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fórum, 1971.